



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**FRANCIA ELENA MARQUÉZ MINA: UMA ANÁLISE DAS NOVAS
PERSPECTIVAS POLÍTICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

DANIELE DO NASCIMENTO SILVA

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**FRANCIA ELENA MARQUÉZ MINA: UMA ANÁLISE DAS NOVAS
PERSPECTIVAS POLÍTICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

DANIELE DO NASCIMENTO SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Anaxsuell Fernando da Silva

Foz do Iguaçu

2024

DANIELE DO NASCIMENTO SILVA

**FRANCIA ELENA MARQUÉZ MINA: UMA ANÁLISE DAS NOVAS
PERSPECTIVAS POLÍTICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho as minhas lindas amigas Lu, Dani, Jéssica e Renatinha que mesmo a distância me fizeram sentir afeto e aconchego.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido amigo Alê, que me inspirou a admirar a beleza de um céu azul. Ao mais novo amigo Pedro por sua atenção e escuta. As minhas amigas Lu, Dani, Jéssica e Renatinha que são sopro de esperança na minha vida. Aos meus amigos de perto Brisa, Guigo, Leon, Ana Elise cuja amizade é um lar para mim, a Ana Fátima pela escuta. Aos meus amigos Carla e Jorge, Nívea, Débora e Cíntia pelas trocas que suplantam a distância. Aos colegas de curso pela troca e apoio na caminhada. Ao meu orientador pela escuta e apoio. Ao meu paizinho pelo incentivo ao estudo e a minha família, Ao bom Deus que me faz sentir todos os dias seu cuidado.

Ouro Marrom

No meu peito a mesma dor
Que afoga
Faz lembrar tudo que sou
Sou mais
Sou mais

Mesma pele a mesma cor
E sonho
Pra vibrar feito tambor
Guiar meu peito

Todo choro de rancor
Se apague
Nossas filhas verão mais amor que nós
E ouça essa voz

Sonho sob meus pés
Que as minhas mãos
Só toquem ouro
Oração dos meus pais
E bem mais atrás
Nosso tesouro
Que essa pele marrom
Suba o tom se for preciso
Muito além dessa dor
Bem mais amor
Eu sei pelo que brigo

Jota.pê, 2024

RESUMO

O presente artigo visa compreender como a trajetória de vida da presidenciável Francia Márquez afeta a sua prática política. Para tanto, inicialmente é traçado um panorama da participação feminina na política na América Latina e Caribe, para entender o contexto da região. O método de pesquisa foi história de vida, analisando sua trajetória e discurso pós vitória eleitoral. O voto universal é um dos pilares da democracia, mas a inclusão das mulheres na política tem sido uma luta longa e difícil. O voto feminino na América foi conquistado de forma gradual, resultado de muitas batalhas. Até o início do século XX, o direito ao voto era exclusivo para homens, principalmente brancos e ricos. A participação feminina na política, especialmente de mulheres negras, indígenas e trans, ainda enfrenta muitos desafios. Além de serem sub-representadas em espaços decisórios, essas mulheres lidam com discriminação, racismo, moralismo e crenças culturais que limitam sua atuação. A igualdade de gênero na política é essencial para uma democracia genuína. Um parlamento sensível às questões de gênero pode promover uma sociedade mais justa e equitativa. O estudo constatou que há na América Latina e no Caribe há uma gradativa presença de mulheres negras na política. Francia Márquez, a primeira vice-presidente negra da Colômbia, tem uma prática política atravessada pela amefricanidade, atuando na luta contra o capitalismo, o patriarcado e a opressão de grupos minoritários, das comunidades tradicionais racializadas, buscando a emancipação plena das mulheres e da terra.

Palavras-chave: Mulheres; Participação política; Francia Márquez; Amefricanidade.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la trayectoria de vida de la candidata presidencial Francia Márquez afecta su práctica política. Para ello, se esboza inicialmente un panorama de la participación femenina en la política en América Latina y el Caribe, para comprender el contexto de la región. El método de investigación fue la historia de vida, analizando su trayectoria y discurso luego del triunfo electoral. El sufragio universal es uno de los pilares de la democracia, pero la inclusión de las mujeres en la política ha sido una lucha larga y difícil. El sufragio femenino en Estados Unidos se logró de forma paulatina, resultado de muchas batallas. Hasta principios del siglo XX, el derecho al voto era exclusivo de los hombres, principalmente blancos y ricos. La participación femenina en la política, especialmente las mujeres negras, indígenas y trans, todavía enfrenta muchos desafíos. Además de estar subrepresentadas en los espacios de toma de decisiones, estas mujeres enfrentan discriminación, racismo, moralismo y creencias culturales que limitan sus acciones. La igualdad de género en la política es esencial para una democracia genuina. Un parlamento sensible al género puede promover una sociedad más justa y equitativa. El estudio encontró que en América Latina y el Caribe hay una presencia paulatina de mujeres negras en la política. Francia Márquez, la primera vicepresidenta negra de Colombia, tiene una práctica política permeada por el americanismo, trabajando en la lucha contra el capitalismo, el patriarcado y la opresión de grupos minoritarios, comunidades racializadas tradicionales, buscando la emancipación plena de las mujeres y de la tierra.

Palabras clave: Mujeres; Participación política; Francia Márquez; Amefricanidad

ABSTRACT

This article aims to understand how the life story of presidential candidate Francia Márquez affects her political practice. To this end, an overview of female participation in politics in Latin America and the Caribbean is initially outlined, in order to understand the context of the region. The research method was life history, analyzing her trajectory and discourse after her electoral victory. Universal suffrage is one of the pillars of democracy, but the inclusion of women in politics has been a long and difficult struggle. Women's suffrage in the Americas was achieved gradually, as a result of many battles. Until the beginning of the 20th century, the right to vote was exclusive to men, mainly white and wealthy men. Female participation in politics, especially black, indigenous and trans women, still faces many challenges. In addition to being underrepresented in decision-making spaces, these women face discrimination, racism, moralism and cultural beliefs that limit their actions. Gender equality in politics is essential for a genuine democracy. A gender-sensitive parliament can promote a more just and equitable society. The study found that there is a gradual presence of black women in politics in Latin America and the Caribbean. Francia Márquez, the first black vice president of Colombia, has a political practice permeated by Amefricanity, acting in the fight against capitalism, patriarchy and the oppression of minority groups, of traditional racialized communities, seeking the full emancipation of women and land.

Key words: Women; Participation in politics; Francia Márquez; Amefricanity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO: POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA	13
3. FRANCIA MÁRQUEZ: AÇÃO, DISCURSO E VIDA	16
4.. FRANCIA ELENA MARQUEZ MINA, A AMEFRICANA	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	29

INTRODUÇÃO

Um dos pilares da democracia é o sufrágio universal, contudo, a participação da mulher na política tem sido uma longa e árdua jornada, o voto feminino na América foi uma conquista gradativa e de muitas lutas. Até o começo do século XX o voto era um direito exclusivamente masculino, normalmente de homens e alfabetizados, promovendo exclusão social e injustiça (DORE e RIBEIRO, 2009). No Brasil embora os protestos pelo voto feminino fossem desde o fim do século XIX, somente em 1932, as mulheres tiveram direito ao voto. Uma das primeiras mulheres a ingressar na política no Brasil foi Antonieta de Barros¹. Esta professora negra foi deputada estadual em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. Foi a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil, estando entre as três primeiras mulheres eleitas na história do país.

O primeiro país da América a conceder direito ao voto feminino foi o Equador, em 1929, dos anos 20 até os anos 60 do século passado as mulheres foram conquistando o direito ao voto na América. Nos anos 70 houve a primeira mulher eleita para um cargo executivo nacional não apenas América Latina, mas no mundo, a primeira mulher presidenciável foi Maria Estela Péron na Argentina, assim ao longo das décadas seguintes até 2018 houve apenas 11 mulheres como presidente ou presidente interina na América². No Brasil somente em 2011 houve a eleição da presidente Dilma Rousseff (ENAP, 2018). Apesar de mais mulheres estão sendo eleitas, a presença feminina na política ainda é incipiente, e a igualdade de gênero ainda está muito distante. A maioria dos parlamentos continua sendo dominada por homens e alguns ainda não têm nenhuma presença feminina parlamentar.

¹ <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/57-antonieta-de-barros>

² As presidenciáveis foram Maria Estela Perón (Argentina, 1974 - 1976), Violeta Chamorro (Nicarágua, 1990-1997), Janet Jagan (Guiana, 1997-1999), Mireya Moscoso (Panamá, 1999-2004), Michelle Bachelet (Chile, 2006-2010; 2014-2018), Cristina Kirchner (Argentina, 2007-2015), Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010-2014), Dilma Rousseff (Brasil, 2011-2016). As presidentes interinas foram Lúcia Gueiler Tejada (1979-1980), Ertha Pascal-Trouillot (Haiti, 1990-1991) e Rosalía Arteaga (Equador, 1997).

As mulheres parlamentares são frequentemente sub-representadas em órgãos decisórios, além de enfrentarem discriminações, racismos, moralismos, crenças culturais que limitam atuação destas na política e a vida das mulheres na sociedade. Além dessas violências, as parlamentares enfrentam assédio e intimidação, a igualdade de gênero na política é uma condição basilar para uma democracia genuína. Um parlamento sensível a questões de gênero que favorece a participação igualitária de mulheres e homens, tem mais possibilidade de proporcionar uma sociedade com mais igualdade de gênero e democrática.

O cenário político das câmaras legislativas da América indica a desigualdade de gênero, de acordo dados da organização Inter-parliamentary Union de 2024, no Caribe a participação feminina na câmara baixa é de 42,5%, a presença feminina na câmara alta é de 32,5%; na América do Norte a participação feminina na câmara baixa é de 37,6%, a presença feminina na câmara alta é de 44,3%; na América do Sul a participação feminina na câmara baixa é de 31,3%, a presença feminina na câmara alta³ é de 31,9%; e na América Central a participação feminina na câmara baixa é de 30,6%, a presença feminina e de 42,9% na câmara alta.

Percebe-se que a presença feminina não chega a 50% nas câmaras, no Brasil na Câmara dos Deputados e no Senado Federal de 2024 são formados apenas por 15% e 12% de mulheres, respectivamente. Embora haja a participação feminina, a presença de mulheres negras e indígenas é ainda mais inferior. Contudo, o cenário tem mudado gradativamente, com a presença das primeiras mulheres negras e/ ou indígenas que tem ocupado este espaço estes espaços, como a trajetória de Benedita da Silva, Marina Lima, Erica Hilton, Sônia Guajajara. Ao pensar na presença feminina no panorama da América há mais mulheres abrindo caminhos e fazendo história, como a ativista política Francia Marques, vice-presidente da República da Colômbia; Claudia Sheinbaum primeira mulher presidente do México; Kamala Harris, vice-presidente dos Estados Unidos da América, Gloria Rodríguez, primeira senadora negra do

³ Um sistema bicameral é composto por duas câmaras legislativas, a câmara baixa (câmara dos deputados) e a câmara alta (Senado).

Uruguai, Epsy Campbell Barr, ex-vice-presidenta da Costa Rica. Estas amefricanas trazem lampejo de esperança, se seguirem resistentemente movimentando as estruturas de poder nas Américas, apontarão o caminho democrático para plena independência e autonomia deste continente de seus algozes externos e internos.

1. POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA

Os países da América Latina e Caribe são marcados pela _clivagem social, liderando o abismo global entre os 1% mais rico e os 50% mais pobres, de acordo os dados da organização Oxfam. Nesse contexto, a pobreza tem gênero e cor, sendo um grande problema social que atinge as mulheres, mas principalmente as mulheres não-brancas, as pretas, pardas, indígenas e trans são as mais afetadas pelas desigualdades. Essas são as que mais ocupam funções de subemprego no mercado trabalho, tendo menos anos de estudos, sendo maiores vítimas de crimes violentos e assassinatos; e as que mais vivenciam a violência médica e obstétrica, liderando o índice de mortalidade materna.

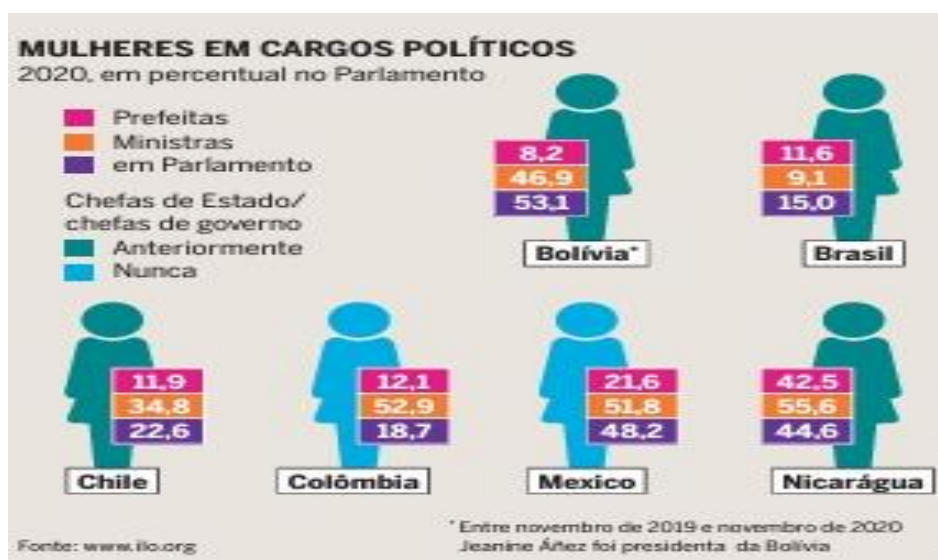
A sub-representação feminina no espaço político indica um déficit na qualidade da democracia, pois uma das bases democráticas é o princípio da igualdade, sem diferenciação da etnia, gênero, classe, espacial-geográfico. A alarmante falta das mulheres nos espaços decisórios da política institucionalizada, assim como a qualidade da própria representação política é um fator determinante no processo democrático, além disso, o processo da inserção política de mulheres e da representação política deve também ser questionado pelo viés de gênero, assim, o jogo político representativo do cenário atual ainda com a presença minguante das mulheres pode ser um fator comprometedor do atual estágio de consolidação do processo democrático da américa latina que foi marcado por ditaduras.

O contexto da América Latina é de consolidação no que tange os regimes democráticos sendo caracterizado por desigualdade em distintas esferas da sociedade. De acordo a pesquisa da teórica Renata Oliveira (2015), ao observar alguns países como Argentina e Brasil tem elevado índices de desenvolvimento econômico e políticas que promovem a paridade política, contudo embora o

Brasil tenha a lei eleitoral de cota feminina (Lei nº 9.504/1997), que vise estimular à participação feminina por meio da cota de gênero. Não há avanços efetivos com a presença de mulheres nos parlamentos nacionais. Já a Nicarágua, embora tenha um baixo nível de desenvolvimento econômico e não seja considerada como modelo de democracia, apesar disso, o país se destaca com o maior índice de mulheres no parlamento, nos ministérios e está entre os primeiros no poder judiciário.

O quadro abaixo apresenta baixos percentuais de mulheres nos parlamentos, como prefeitas, ministras e nos executivos das regiões da América Latina e Caribe, na Colômbia e México nunca teve mulheres no executivo da nação.

Figura 1 – Mulheres em cargos políticos



Fonte: www.ilo.org

O Uruguai foi apontado como a democracia mais avançada da América Latina e do Caribe, pois elegeu pela primeira vez uma vice-presidente mulher, Beatriz Argimón, uma mulher branca, ainda em 1961, além de ter aprovado uma lei de cotas há mais de uma década. Porém, o país segue sendo retardatário na questão da inclusão. Contudo, um dos cenários mais desiguais é no Parlamento, onde a representação das mulheres não alcança nem um terço, já a participação política das mulheres negras uruguaias em postos parlamentares e executivos data das últimas décadas.

A politóloga Flávia Biroli (2014) afirma que uma das dificuldades da inserção das mulheres na política é a dualidade entre público e privado, de acordo a autora a esfera pública está baseada em princípios universais, na razão e impessoalidade, enquanto na esfera privada abriga as relações de ordem pessoal e íntima, delegando a mulher a esfera privada e o homem, a esfera pública. Desta forma, a esfera privada foi protegida da intervenção do Estado, preservando relações autoritárias que restringem a autonomia das mulheres. A garantia de privacidade para o âmbito familiar e doméstico conferiu a dominação masculina e bloqueou a proteção aos sujeitos mais vulneráveis nas relações de poder correntes, como mulheres e crianças. O âmbito privado é visto como espaço onde a justiça comum não se aplica porque envolve relações de afeto.

A dominação da mulher na esfera privada garante o sucesso do homem na esfera pública, além disso a cidadania e o direito a integridade física no âmbito privado são frágeis, desta forma, as mulheres são expostas a abusos e estupro no casamento, seus corpos não lhes pertencem, passam da dominação paterna a do marido no casamento. A presença limitada de mulheres na vida pública reduz a possibilidade de debates que possibilite o avanço de questões como cuidado com as crianças, cuidado com idosos, violência e dominação de gênero.

De acordo, Biroli (2014), é basilar abandonar a visão de que a esfera privada e a esfera pública correspondem a lugares e tempos diferentes na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos, considerando os direitos a publicidade e a privacidade constantemente imbricados, uma vez que os efeitos dos ajustes, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão experienciados na outra. A garantia da liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de elementos fundamentais da esfera privada e da participação ativa feminina na política.

De acordo a teórica Marlise Matos (2011) a trajetória das mulheres na política é uma corrida de obstáculos que passa por três níveis. O primeiro nível é o conflito micro, é a barreira da ambição política; os obstáculos seguintes do segundo nível são de ordem sociológica, a barreira das estruturas do sistema político-partidário

e a barreira da elegibilidade; os últimos obstáculos são de ordem político-filosófico, é o último nível, contestação, quando se efetiva a eleição de uma mulher, seguida da última barreira da reeleição/ permanência da atora política.

Num relatório do panorama da representação feminina na América Latina a CEPAL (2018) apresenta três dimensões determinantes da exclusão política das mulheres, estas são as dimensões materiais, de recursos e oportunidades; as dimensões institucionais da política e dos partidos; e as dimensões simbólico-culturais. As dimensões materiais, de recursos e oportunidades refere-se ao financiamento de campanhas; recursos extra financeiros nas campanhas; oportunidades de ascensão política, dentre outros fatores. As dimensões institucionais da política e dos partidos referem-se aos partidos liderados que majoritariamente são conduzidos por homens brancos que ignoram as questões gênero; regras eleitorais indiferentes a gênero e boicote às regras de inclusão existente. As dimensões simbólico-culturais estão relacionadas as percepções estereotipadas e conservadoras do eleitorado sobre o lugar político das mulheres; silenciamento e desqualificação da voz pública das mulheres; invisibilidade do lugar das mulheres na política.

Estas práticas políticas marcadas pelo machismo, moralismo se acentuam diante das questões de interseccionalidade que perpassam as mulheres negras. Nesse contexto, a representatividade de mulheres negras em espaços de poder, na produção de conhecimento e na política é irrisória, sendo uma jornada cheia de desafios. Estas mulheres enfrentam uma constante invisibilização, oriundo de sociedades ainda muito marcadas por racismo e machismo. Contudo, por meio da luta contínua das organizações negras e da militância de mulheres negras ao longo dos anos que surgem, no cenário, mulheres que atualmente ocupam espaços de destaque à frente do governo de seus países, como Francia Márquez na Colômbia e Epsy Campbell Barr vice-presidente da Costa Rica.

O jogo político representativo vigente hoje na América Latina e Caribe é marcado quase pela ausência das mulheres deste ambiente cenário é um fator comprometedor para a consolidação do processo democrático nessa região. A presença feminina na política, de mulheres brancas, negras, indígenas e trans, a própria experiência distinta dessas mulheres e a inserção destas na política

como protagonistas é basilar no processo de construção e reconstrução de seus direitos políticos e assim consolidação dessas democracias.

Diante da sub-representação feminina na política da América Latina e Caribe exposta acima, a trajetória de Francia Márquez é peculiar, a atora política tornou-se uma das candidatas mais votadas da Colômbia, acima até dos políticos tradicionais, sendo nomeada “o fenômeno político colombiano do momento”. A surpresa causada por este volume de votações está relacionada pelo fato dela ser uma pessoa relativamente pouco conhecida no âmbito político tradicional, mas foi causada principalmente pela sua trajetória biográfica e proposta política.

2. FRANCIA MÁRQUEZ: AÇÃO, DISCURSO E VIDA

A primeira vice-presidente negra da Colômbia, a atora política Francia Elena Márquez Mina foi eleita em 2022 ao lado de Gustavo Petro, primeiro presidente de esquerda do país. Francia Márquez nasceu em dezembro de 1981, na pequena cidade colombiana de Suárez, na região de La Toma, no estado de Cauca em uma montanha no meio de dois rios. A região de Cauca é a área com a maior população afro-colombiana do país e o território ancestral das comunidades indígenas Emberá, Wounann, Gunas (Kunas) e Awá, além de ser marcada pela pobreza e pelos anos de conflito armado.

A ativista tem 40 anos e iniciou sua vida política defendendo a sua comunidade de projetos de extração mineira. A política na adolescência trabalhou no garimpo, onde iniciou sua luta contra a mineração ilegal. Ela foi mãe solo na adolescência, aos 16 anos, aos 21, teve seu segundo bebê. Apesar deste contexto, isso não a impediu de continuar com seus estudos, assim, ela se formou em técnica agropecuária pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA).

A ativista desde 1997, é integrante da Organização de Processos Comunidades Negras da Colômbia, em que realiza ações em defesa do território e contra a mineração ilegal nas comunidades afro-colombianas no Norte de Cauca. Já entre 2010 e 2013 foi presidenta da Associação de Mulheres Afrodescendentes de Yolombó. Francia ingressou na faculdade de direito da Universidade Santiago

de Cali, e pagou seus estudos com o salário de seu trabalho como trabalhadora doméstica e graduou-se em 2020. Uma de suas finalidades era poder defender sua comunidade juridicamente. Em 2009, ela escreveu uma ação de tutela representando o rio Ovejas para atender as atividades da Corporação Autônoma Regional do Valle del Cauca (CVC) e a Empresa de Energia do Pacífico (EPSA).

Figura 2 – Francia Márquez



fonte: <https://andrescastilla.com/vicepresidencia-de-la-republica>

O pedido argumentava que a ação das mineradoras, que começou na década de 1990, afetava o direito de vida digna, sem consulta prévia da população local. A apelação foi negada duas vezes, o que acarretou mobilizações de resistência na comunidade La Toma, tendo Francia Márquez novamente como protagonista. Diante da pressão popular, a Corte Suprema de Justiça concedeu reparação coletiva a 27 conselhos comunitários da região de La Toma afetadas pela represa Salvajina.

Em 2014, como presidente da Associação de Mulheres Afrodescendentes de Yolombó, ela organizou a "Mobilização das mulheres negras pelo cuidado da vida e dos territórios ancestrais", movimento que reuniu pessoas do norte de Cauca e avançou até Bogotá (capital) para exigir seus direitos. Em 2015, Francia Márquez ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos depois de organizar a "marcha dos turbantes", uma caminhada com centenas de mulheres negras que percorreram cerca de 600km de Suárez até o Ministério de Justiça, em Bogotá, para denunciar o garimpo ilegal nas suas comunidades.

A política também participou das discussões dos Acordos de Paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP), que integrava um dos conflitos mais antigos da América Latina. Desde 1964, guerrilheiros conservadores e socialistas disputavam o poder no país. Em 2018, a ativista voltou a ser premiada, desta vez com o Goldman Environmental Prize, considerado o Nobel do Meio Ambiente, devido a sua luta na comunidade de La Toma para impedir a mineração ilegal de ouro em suas terras ancestrais, que estava contaminando com mercúrio o rio em que toda a sua comunidade pescava. Em 2019 foi eleita como uma das 100 mulheres mais influentes do mundo pela BBC.

Depois de receber o prêmio Goldman pelo Meio Ambiente, Francia se lançou como candidata a comandar a Câmara das Comunidades Afrodescendentes. Em 2021, antes de apresentar a pré-candidatura à presidência da república foi líder do comitê nacional de paz, reconciliação e convivência do Conselho Nacional de Paz. Em 2022, candidatou-se a vice-presidente na Colômbia, na coalizção Pacto Histórico ao lado do então candidato a presidente, Gustavo Petro com o lema da campanha “Sou porque somos”.

Durante a campanha eleitoral, Francia Márquez sofreu várias ameaças de morte por grupos paramilitares colombianos. Uma das suas principais bandeiras de governo é criar o Ministério da Igualdade para atender questões raciais e de gênero. Francia Elena Márquez Mina prefere ser chamada por seu nome completo para que todos saibam os sobrenomes da sua mãe e seus ancestrais.

Em seguida será apresentado o seu discurso de posse a vice-presidência da Colômbia.⁴

Aos nossos irmãos e irmãs, líderes sociais que tristemente foram assassinados, a juventude que tem sido assassinada e desaparecida, as mulheres que têm sido violentadas e desaparecidas. A todos eles que sei que de algum lugar estão nos acompanhando neste momento histórico para a Colômbia. Nós lhe agradecemos por ter feito este caminho, agradecemos por ter semeado a semente da resistência e da esperança.

Quero saudar a minha família e é claro a família do nosso presidente Gustavo Petro, quero saudar a minha comunidade,

⁴ O discurso de posse foi transcrito e traduzido pela autora do artigo.

minha gente de Yolombó, minha gente de Suarez, Cauca, minha gente da cidade de Cauca, do Pacífico colombiano, do Caribe colombiano. Gratidão meus irmãos e irmãs por este momento. De maneira especial quero saudar ao meu movimento “Soy porque somos⁵” (...). Obrigada, irmãos e irmãs por ter caminhado junto conosco todos esses meses, por ter acreditado que será possível mudar a história da Colômbia.

Saúdo as mulheres de Colômbia, a todas minhas irmãs, minhas comadres, obrigada por ter me acompanhado e por ter acompanhado a Gustavo Petro neste caminho, quero saudar a juventude colombiana que vestiu esta camisa, quero saudar aos meninos e as meninas que também com alegria estiveram presentes neste sonho. Aos professores, professoras, aos trabalhadores, a comunidade de pessoas com deficiência que também esteve presente, ao povo indígena que esteve firme, ao povo campestre, ao meu povo a comunidade afrodescendente rayzal e palenquera⁶.

Irmãos e irmãs temos avançado em um passo muito importante, depois de duzentos e catorze anos conseguimos um governo do povo, um governo popular, um governo da gente das mãos com calos, um governo da gente a pé, um governo dos nada e ninguéns da Colômbia. Vamos irmãos e irmãs reconciliar esta nação, vamos pela paz de maneira decidida, sem medo, com amor e com alegria, vamos pela dignidade, pela justiça social, vamos as mulheres erradicar o patriarcado nesse país. Vamos pelos direitos da comunidade diversa LGBTQIA+, vamos pelo direito da nossa mãe Terra, da casa grande, vamos cuidar da nossa casa grande, cuidar da biodiversidade, vamos juntos erradicar o racismo estrutural (CANAL CAPITAL, 2022).

Sou a primeira mulher afrodescendente de Colômbia, sou sua vice-presidente e quero lhes apresentar ao seu presidente Gustavo Petro.

Francia Márquez na sua campanha recebeu o apoio de grandes mulheres, como a ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff, a filósofa estadunidense Angela Davis e a vice-presidenta dos Estados Unidos Kamala Harris declararam apoio à candidatura dela. Assim, ela se tornou a primeira mulher negra a ocupar o cargo de vice-presidente na Colômbia, ela fará gestão de 2023 a 2026 ao lado do presidente Gustavo Petro que venceu com 50,44% dos votos, trazendo ventos de mudança e esperança para o país e para a América Latina e Caribe, como os presidentes trouxeram como grande slogan escrito no palco de comemoração da eleição, a mudança é imparável!

⁵ Sou porque somos.

⁶ Comunidade rayzal e palenquera são uma das comunidades afrodescendentes da Colômbia.

3. FRANCIA ELENA MARQUEZ MINA, A AMERICANA

Francia Márquez no seu discurso pós eleição trajava toda a sua negritude, com sua pele retinta, cabelo crespo, roupa étnica, porém muito além disso a vice-presidente traz na sua trajetória as vivências da sua afrodescendência e de sua ancestralidade. No seu discurso de posse ela apresenta os temas que atravessam os grupos marginalizados no país e também em toda a América e Caribe. A atora política destaca no seu discurso os nadas e ninguéns: as mulheres que sofrem com o patriarcado, a juventude que sofre com a violência, os povos étnicos (indígenas e afrocolombianos), a comunidade LGBTQIA+, a comunidade das pessoas com deficiência, aos trabalhadores das mãos cheias de calo, aqueles que lutam pela Terra mãe, a fim de propor a reconciliação da sociedade colombiana, através de um governo popular.

O contexto político da Colômbia de Francia Márquez é de um país que conquistou a independência da Espanha em 1810, cujo governo é uma república presidencial democrática representativa, segundo a sua Constituição de 1991. Segundo as teóricas Baptista, Martins e Santos (2023), três pontos de tensão marcam o país, a violência; o conflito armado entre o Estado e as organizações insurgentes armadas; e o expressivo número de assassinato de lideranças de oposição.

Os conflitos internos na Colômbia tiveram início na década, com o surgimento das guerrilhas que tem posicionamento político de esquerda, estas cresceram diante da ação omissa do Estado com a população, principalmente com a campesina (os povos tradicionais indígenas e afrodescendentes) ao favorecer as elites e o interesse do Capital na luta pela terra. Tendo como resposta a ação dos paramilitares da direita, muitas vezes financiado pelo Estado, a situação piorou com o surgimento dos cartéis de drogas nos anos 80.

Os governantes têm buscado a pacificação, contudo este é um caminho com avanços e recuos, através da Lei de Vítimas e Restituição de Terras, de 2011, negociações e acordos com os guerrilheiros que depuseram suas armas. O governo de Gustavo Petro e Francia Márquez tem procurado a pacificação global para resolver os conflitos internos por meio de um projeto que prevê negociações

com grupos específicos, como os de cessar-fogo, além disso busca um Acordo Nacional que possa atender todos os grupos ainda ativos.

Francia Elena Márquez Mina traz no seu discurso supracitado e em sua trajetória vivencia os temas que vem perpassado a população colombiana a violência e assassinato da juventude, devido os conflitos armados que maculam a sociedade civil, principalmente, a população em vulnerabilidade social; a expropriação da terra das comunidades tradicionais afrodescendentes e indígenas; a necropolítica e racismo estrutural que inviabiliza as demandas e lutas dos grupos oprimidos; a luta contra o patriarcado e a violência contra mulher; o cuidado com a Casa Grande e toda a biodiversidade da mãe Terra. Desta forma, a ativista sintetiza em si os dilemas que atravessam as mulheres racializadas e aos grupos oprimidos.

De acordo os dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL, 2020), a Colômbia é o segundo país sul-americano com maior população negra, com 3,5 milhões de pessoas autodeclaradas no censo de 2020, ficando atrás somente do Brasil. Aproximadamente, 97,6% dos municípios colombianos são povoados por pessoas com afro-colombianos e em 64 regiões o povo negro é majoritário, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE).

Os dados oficiais também indicam que 38% das pessoas registradas como vítimas na Rede Nacional de Informação sobre o conflito são negras. Cerca de 98% das pessoas que residem em comunidades de palafitas e quilombos foram deslocados dos seus territórios, devido situações de violência, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade da Colômbia. Além disso, entre os 217 líderes sociais que foram assassinados entre 2015 a 2019, 77 deles eram pessoas negras. A desigualdade se expressa nos níveis de violência e também no acesso ao mercado de trabalho, apenas 47% das mulheres negras com mais de 15 anos estavam empregadas na Colômbia em 2018, de acordo com levantamento da Cepal (2020).

As regiões rurais da Colômbia concentram grande parte da população negra, na Colômbia, historicamente, a comunidade negra esteve e ainda está excluída da participação política, dentro dos partidos políticos e da vida pública, a

representatividade negra ainda é minoritária, a participação política das mulheres negras é irrisória pois estas enfrentam muitos empecilhos estruturais do sistema, que não proporciona o suporte estatal necessário para as múltiplas as necessidades da população negra de maneira geral e principalmente das mulheres negras, assim, muitas mulheres negras oriundas destas regiões rurais ficam a margem do sistema.

Embora, a antecessora da Francia Márquez na vice-presidência tenha sido uma mulher, Marta Lucía Ramirez, esta é uma mulher branca, apesar desta romper com a barreira de gênero, ela ratifica o cenário das instituições políticas colombianas que têm sido ocupadas, tradicionalmente, por homens que pertencem as elites ricas, brancas e urbanas. Desta forma, a ativista ambiental chega a vice-presidência rompendo com barreiras sistêmicas étnicas, geográficas, sociais, institucionais. Sua chegada é baseada na prática e discurso contra o racismo estrutural que sofrem no país as comunidades étnicas: negras e indígenas, além de uma retórica que reconhece as diversidades sexuais, prometendo buscar a igualdade entre mulheres e homens.

A trajetória de vida de Francia Marques é como de muitas mulheres negras da América Latina e Caribe que estão em vulnerabilidade social. Sendo mãe solo, em trabalho subalternizado, financiou seus estudos com os recursos de seu ofício. Estas mulheres negras muitas vezes estiveram e ainda estão por sua própria conta lutando contra problemas estruturais do país. Assim, enquanto as feministas brancas lutavam pelo direito de trabalhar, como meio de emancipação. As mulheres negras já estavam trabalhando em suas cozinhas fazendo e servindo suas comidas, lavando e passando seus vestidos, cuidando de seus filhos, inclusive dando seus peitos para amamentá-los; quando elas ocupavam as ruas protestando por condições mais humanizadas, as mulheres negras e as vacas nos currais eram tratadas igualmente. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de não serem mães, as mulheres negras eram estupradas pelos seus maridos brancos e obrigadas a abdicarem da maternidade para que seus filhos não fossem, assim como elas, escravizados.

Sueli Carneiro (2020) explana que quando falamos do mito da fragilidade feminina⁷, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, as mulheres que estão falando não são negras ou indígenas, mas mulheres brancas. As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres, possivelmente majoritário, que nunca viram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis, ao contrário, é notório na trajetória das atoras políticas negras a resistência, a resiliência e a reexistência. Elas fazem parte de um grupo de mulheres que trabalharam durante séculos como escravizadas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas, dentre várias formas. Mulheres que não compreenderam quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Pois estas fazem parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. No passado, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados, hoje a serviço do capitalismo que busca continuamente exaurir e desumanizar os sujeitos. Apesar de tudo, elas reexistem!

A feminista negra estadunidense Patricia Hill Collins (2020) compreende o pensamento feminista negro como um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivenciam. Os temas basilares que caracterizariam o feminismo negro se destacam: o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o embate aos estereótipos ou imagens de autoridade.

Desta forma, partindo das bases do feminismo negro, Francia Márquez traz em sua pauta a luta pela dignidade; pela justiça social; para erradicar o patriarcado no país e demais violência contra a mulher; pelos direitos da comunidade diversa LGBTQIA+. Desta forma, o gênero torna-se uma variável teórica, que não pode ser estanque de outros eixos de opressão, desta forma, uma prática política permeada pelo feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, tem como principal eixo articulador o

⁷ A mulher branca cabe a fragilidade e o ambiente doméstico, enquanto, as mulheres negras, fazem parte de um grupo de mulheres que não cabe a fragilidade, a doçura, mas somente o trabalho duro.

racismo e seu impacto sobre as relações de gênero e demais relações sociais, uma vez que ele determina a hierarquia de gênero e outras hierarquias em nossas sociedades.

O ministério da igualdade e equidade, proposta de campanha de Gustavo Petro e Francia Márquez se concretizou e é liderado pela atora política, que compreende o ministério como uma ferramenta para avançar na redução efetiva das brechas de desigualdade na Colômbia. Todas as pessoas merecem viver em paz, com igualdade de oportunidades e garantia de direitos, sem importar a etnia, identidade de gênero, condição socioeconômica, opinião política, religião ou origem. Nesse sentido, a luta das mulheres negras na política contra a opressão de gênero e de raça vem delineando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto o debate da questão racial, como a questão de gênero na sociedade latino-americana e caribenha.

Além de Francia Márquez, tem sido gradativa a atuação de outras parlamentares negras na política latino-americana e Caribe, como Epsy Campbell Barr, nascida em 1963 (idade 61 anos), em San José Costa Rica. Cientista política, ex-vice-presidente da Costa Rica, atuando entre 2018 a 2022, foi a primeira mulher afrodescendente a ocupar este cargo político na América Latina e Caribe. Atualmente, ela é presidente do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Pessoas de Ascendência Africana e presidente da Comissão de Alto Nível sobre Saúde Mental e COVID-19 da Organização Pan-Americana da Saúde. Gloria Rudi Rodríguez Santo, nascida em 1960 (idade 64 anos) em Melo, Uruguai. É jornalista, funcionária pública, ativista e política do Partido Nacional (PN). Atua como senadora desde 15 de fevereiro de 2020 e a quarta na linha de sucessão presidencial do país. A parlamentar Benedita Souza da Silva Sampaio, nascida em 1942 (idade 82 anos), no Rio de Janeiro, Brasil. Formou-se como auxiliar de enfermagem, é licencianda em Estudos Sociais, bacharel em Serviço Social. Participou da Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988, na transição pós ditadura militar no Brasil. Em 1994, foi a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado Federal. A deputada federal Erika Santos Silva, nascida em 1992 (31 anos), em Franco da Rocha, Brasil. É gerontóloga, pedagoga e modelo. A parlamentar Hilton foi eleita deputada federal pelo estado de São Paulo, sendo a primeira mulher trans negra eleita deputada federal no Brasil.

Estas parlamentares são amefricanas, têm atuado desenvolvido um novo pensamento feminista afro-latino-americano, esta proposta da teórica Lélia Gonzalez (2020), é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural dos estados-nações do continente americano. O conceito de amefricanidade desenvolvido pela teórica é uma categoria político-cultural, que suplanta as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas e possibilita construir um entendimento mais profundo de toda a América. Amefricanidade se refere as vivências em comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial Segundo a autora as implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade são democráticas; exatamente porque o próprio termo permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta a América de forma integral (Sul, Central, Norte e Insular).

Estas parlamentares amefricanas agem ativamente na direção de seus destinos e deixam como legado, para as que vêm depois, a experiência do enfrentamento do racismo e do sexismo, o que significa que a luta contra essas opressões apresenta uma longa jornada já trilhada. Desta forma, a categoria amefricanidade mais do que indicar a experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração da colonialidade tem na resistência sua centralidade. A situação das mulheres amefricanas resultam de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais. Embora pertençam a diferentes sociedades do continente, o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja, o racismo, a luta do feminismo amefricano é pela desobstrução colonial que oprime e controla a vidas destas distintas mulheres, numa luta coletiva de todas as mulheres amefricanas pela sua plena emancipação da colonialidade.

Desta forma, Francia Márquez tem atuado denunciando os abusos do Capitalismo e a necropolítica desenvolvida pelas ações ineficazes do Estado colombiano sobre os cartéis, conflitos civis e práticas abusivas dos grandes capitais que agem expropriando as terras e recursos naturais das comunidades étnicas indígenas e afrocolombianas. Essa inação do Estado não promove a vida e afeta, principalmente, os grupos minoritários, as comunidades étnicas e a juventude.

A ativista Francia Márquez afirma ser parte daqueles que erguem a voz para deter a destruição dos rios, florestas e planaltos. Daquelas pessoas que sonham que os seres humanos podem mudar o modelo econômico de morte para dar um passo a um modelo que garanta a vida. Desta forma, ela tem lutado junto à comunidade campesina colombiana de Cauca pois esta tem sofrido pela conservação da sua biodiversidade, pela preservação do rio Ovejas, numa relação de afeto, a considerando como um indivíduo, como afirma a política.

Assim, como explana a teórica De La Cadena (2018) ao falar da disputa por terra dos povos tradicionais colombianos (indígenas e negros), há mais em disputa do que meramente uma defesa de território, ou um protesto contra a expansão capitalista ou uma preocupação com o futuro do meio ambiente. Também está em disputa, um modo de vida distinto, uma nova percepção dessa comunidade campesina acerca do território, não o vendo apenas como um pedaço de terra sob a jurisdição do estado, mas como uma entidade que emerge como práticas de vida dos povos originários e que traçam laços de afeto e tornam as pessoas parentes de rios, relacionam as pessoas com a água, os animais, a floresta. Esse parentesco transforma o próprio território e a ligação destes povos com a terra.

O pensamento feminista afro-latino-americano desenvolvido pela amefricana Francia Márquez denuncia a necropolítica; luta pela dignidade de todos os seres humanos; luta contra o patriarcado e demais violências de gênero contra todas as mulheres e a comunidade LGBTQIA+; ama e valoriza o território como espaço de vida, a Terra mãe e toda a sua biodiversidade e luta por ela, inclusive pondo em risco nossa própria vida.

As amefricanas Francia Márquez, Benedita da Silva, Erica Hilton, Epsy Campbell Barr, Gloria Rodríguez lutam contra a desigualdade social que se perpetua nos países da América Latina e Caribe, buscando a emancipação social, política e justiça social. Numa luta coletiva para dismantelar as relações estruturais de poder de raça, classe, gênero e sexualidade que reproduziram as injustiças sociais ao longo dos séculos no continente. Assim, estas ativistas pioneiras somam coro a clamor da ativista social estadunidense June Jordan (COLLINS, 2017), a liberdade é indivisível, tanto intelectualmente como nas múltiplas lutas políticas, alcançar justiça social por meio de práticas políticas emancipatórias

que promovam a liberdade total e significativa para toda a Terra, sua biodiversidade e pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, sexismo, a exploração de classe, a homofobia, transfobia de forma que estes males sociais não regule, nem limite mais as suas vidas para que estes possam ter liberdade para livremente viver e ser.

Estas parlamentares são pioneiras, a atuação delas têm abertos caminhos sendo as primeiras, numa luta que não começou, nem se encerra nelas, lutando por aquilo que lhes atravessam individual e coletivamente no que tange as questões raciais, de classe, gênero e do cuidado da Terra, nossa casa grande e de toda a sua biodiversidade, trazendo ventos libertários de esperança e mudança para todos os ninguéns e nadas de toda a América.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação feminina na política tem sido uma árdua jornada, desde a conquista do voto até a participação da mulher ativa como atora política. A região da América Latina e Caribe cujas democracias em grande parte dos países foram abaladas por ditaduras tem uma participação ainda pouco expressiva das mulheres. Quando se pensa na participação de mulheres negras, indígenas ou trans, a caminhada destas mulheres tem muito mais obstáculos.

As mulheres parlamentares são muitas vezes pouco representadas em espaços decisórios, além de lidarem com discriminação, racismo, moralismo e crenças culturais que restringem sua atuação na política e na sociedade em geral. Além dessas formas de opressão, elas também sofrem assédio e intimidação. A igualdade de gênero na política é fundamental para uma democracia verdadeira. Um parlamento que leve em conta as questões de gênero e promova a participação igualitária de homens e mulheres tem mais chances de construir uma sociedade mais justa e democrática em termos de igualdade de gênero.

Na América Latina e Caribe há uma gradativa participação de mulheres negras, amefricanas que com suas práticas de vida e engajamento social, têm lutado contra os desmandos do capital e a necropolítica dos estados-nações. Francia

Márquez, primeira vice-presidente negra da Colômbia, tem atuado ativamente pela desobstrução capitalista e patriarcal que oprime e controla o meio ambiente e a vida de distintas mulheres, subjuga comunidade tradicionais racializada, a juventude. Destarte. A atora política tem atuado arduamente na luta coletiva de todas as mulheres amefricanas pela sua plena emancipação, dos seus corpos, de seu território e Terra da colonialidade.

A trajetória política de Francia Márquez é inspiradora, por ela vim das bases populares ser filha e neta de agricultores e mineradores e ter na sua pauta um discurso de esquerda, em prol das minorias étnicas e sociais do país. Além disso, indica uma novo paradigma político-econômico para a América Latina e Caribe, não permeada pela necropolítica, patriarcado, moralismo, que não se permite influenciar pelas demandas do Capital, de respeito aos povos tradicionais (afro-colombianos e indígenas), aos seus saberes e territórios, valorizando o meio ambiente, a biodiversidade, se entendendo como parte dela, rompendo com a prática expropriatória da natureza e dos sujeitos, de valorização a dignidade de todo ser vivo, seja humano, rio ou terra.

Este novo paradigma desenvolvido pela atora política traz um desafio para as relações internacionais, ultrapassando as fronteiras estatais, de forma que os países periféricos, de desenvolvimento tardio tenham um fôlego de esperança e não sejam mais conduzidos de forma opressora pelos países centrais, suplantando a prática política de dependência econômica e subordinação dos Estados periféricos que submetem ao extrativismo político-econômico dos países centrais que consome seus recursos, cultura e povo.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Érica Anita. MARTINS, Joyce Leão. SANTOS, Sandra Avi dos. **FRANCIA MÁRQUEZ: a construção da liderança política na mídia digital.** Grupo de Trabalho Propaganda e Comunicação Eleitoral da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2023/05/GT12_Baptista_Martins_Avi-Erica-Anita.pdf Acesso em 16 de outubro de 2024

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe.; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2014.

CANAL CAPITAL. **Discurso de Francia Márquez, primera vicepresidenta afro de Colombia | Las Presidenciales.** Youtube, 19 de junho de 2022. Disponível em: https://youtu.be/yViZLnlqR_E?si=kWPysgl4EioKbOSC Acesso em 16 de outubro de 2024

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Observatório Brasil da Igualdade de gênero, Brasília, v. ano 2, n. 4, p. 76-81, 2020.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina 2020.** Santiago, Chile: Cepal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1a94f5e8-aed0-44ed-bcc7-8802eb56f87c/content> Acesso em 16 de outubro de 2024

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, 2018.

DORE, R.; RIBEIRO, S. Cidadania política e voto do analfabeto no Brasil. **Políticas Educativas – PolEd, [S. l.], v. 2, n. 2, 2011.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/18380>. Acesso em: 23 de outubro de 2024.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **PANORAMA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA.** (DFP/ENAP). Pasta Pública. Brasília: ENAP, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 2020.

Comisión de la Verdad. (2020). **El racismo y la discriminación intensificaron la violencia en contra del pueblo negro.** Disponível em:

<https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/reconocimiento-verdad-pueblo-negro-racismo-discriminacion-intensificaron-violencia> Acesso em 16 de outubro de 2024

MATOS, Marlise. **A sub-representação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política**. Mulheres, Poder e Política, 2011.

OLIVEIRA, Renata Andrade de. **Cultura Política e Gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 85. 2015 Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3124> Acesso em 14 de outubro de 2024